

Relatório identifica a empresa secreta que comanda o Orçamento

Raimundo Paccó

CORRUPÇÃO

O empresário Emílio Odebrecht dirigia o esquema organizacional da empresa secreta que foi montada para controlar o Orçamento da União, a liberação de verbas para obras e a atuação de parlamentares do esquema, de acordo com o

relatório de cinco páginas feito pelo senador José Paulo Bisol. A direção era colegiada, com a participação do diretor-presidente do conselho (Emílio Odebrecht), de líderes de empresas e de representantes de autarquias e instituições.

A esse colegiado cabia o pagamento de remuneração variável, com base no cálculo de lucro líquido ajustado, condicionado pela geração de caixa. Aos custos das obras realizadas aos governos municipais, estaduais e federais era acrescida a taxa mínima de 36%, para o pagamento da holding e consequente partilha. Esta partilha obedecia a critérios sistematizados por manuais, instruções, planos de ação e comunicados internos.

Havia um segundo nível de poder, dividido em regiões geográfico-econômicas de influência, também gerenciado por líderes de empresas, diretor superintendente regional e dirigentes políticos de área. A partilha do resultado era feita desta forma: 20% da remuneração variável do líder da empresa; 80% da remuneração variável do lucro líquido ajustado da carteira de contratos. Estas empresas eram



Emílio Odebrecht é acusado de dirigir o colegiado de líderes de empresas que manipulava verbas

identificadas por pontos cardeais: empresa Leste, empresa Oeste, empresa Norte etc. O terceiro nível da hierarquia era composto por grupos de gerentes de contratos e suas equipes.

Obras — As obras eram sempre executadas por empresas ligadas aos líderes. A atuação no Congresso era feita assim: 3% sobre o valor previamente estipulado, pagos de acordo com o desembolso do Governo à empresa; 2% para a aprovação parcial de emenda; 5% pela liquidez do projeto.

Os parlamentares eram classificados por três grupos: 1) amigos que nos apoiam em CPIs, projetos,

emendas etc, sem cobrar e esperam apoio nas eleições; 2) deputados que estão em postos-chaves no Congresso, tais como presidente da Câmara, líderes do Governo e dos partidos (liderança de um modo em geral/Comissão de Orçamento); 3) oposição — necessitamos de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão.

O relatório é acompanhado de um anexo com centenas de documentos. No documento 1 do anexo, é traçado um cenário político atual do mês de outubro e novembro de 93 — cenário do que pode acontecer se nada for feito e se propõe ações, como desmobilizar CPIs que

tenham empresários de qualquer setor envolvidos e repressão a passeatas.

Nomes — O nome do deputado Miguel Arraes (PSB-PE), candidato a governador de Pernambuco no ano que vem, está relacionado com o recebimento de 30 mil dólares, mas em momento algum há comprovante de recebimento por parte do deputado. O nome do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), aparece com o de uma pessoa que a empresa secreta pretendia ajudar em campanha. Da mesma forma que o de Lavoisier Maia (PDT-RN). (A.E.)